



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PORTARIA Nº 57/2020 PRES/DG

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto nos artigos 54, III, e 55, § 2º, ambos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 20, XVIII, da Resolução TRE-TO nº 282, de 11 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal relativo ao 3º Quadrimestre de 2019, constante do demonstrativo anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador EURÍPEDES LAMOUNIER
Presidente

Palmas, 28 de janeiro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DESEMBARGADOR EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER, Presidente**, em 28/01/2020, às 15:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1228504** e o código CRC **87887B6C**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ANEXO

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”) R\$ 1,00

DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)														
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS¹ (b)	
	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19		TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.698.593,07	5.429.711,64	5.428.822,46	5.299.670,86	5.484.173,14	5.548.089,45	5.427.732,62	5.356.204,79	5.343.121,90	5.335.987,49	8.136.990,16	7.176.954,64	70.666.052,22	-
Pessoal Ativo	5.991.172,45	4.959.117,12	4.955.317,84	4.827.836,16	5.000.907,91	5.064.953,21	4.944.596,38	4.873.068,55	4.850.895,51	4.839.216,03	7.355.067,21	6.655.488,81	64.317.637,18	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.362.530,48	4.310.354,33	4.306.856,74	4.221.060,81	4.332.774,59	4.429.598,93	4.297.695,28	4.231.109,70	4.213.878,70	4.201.228,88	6.090.009,14	6.027.723,42	56.024.821,00	-
Obrigações Patronais	628.641,97	648.762,79	648.461,10	606.775,35	668.133,32	635.354,28	646.901,10	641.958,85	637.016,81	637.987,15	1.265.058,07	627.765,39	8.292.816,18	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	707.420,62	470.594,52	473.504,62	471.834,70	483.265,23	483.136,24	483.136,24	483.136,24	492.226,39	496.771,46	781.922,95	521.465,83	6.348.415,04	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	638.044,43	425.790,98	425.576,95	425.576,95	437.007,48	436.878,49	436.878,49	436.878,49	445.968,64	450.513,71	712.532,86	475.208,08	5.746.855,55	-
Pensões	69.376,19	44.803,54	47.927,67	46.257,75	46.257,75	46.257,75	46.257,75	46.257,75	46.257,75	46.257,75	69.390,09	46.257,75	601.559,49	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	707.420,62	478.395,67	473.504,62	503.804,92	514.722,54	485.602,53	508.026,22	483.136,24	492.226,39	47.260,68	341.375,70	463.168,87	5.498.645,00	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	7.801,15	-	31.970,22	31.457,31	2.466,29	24.889,98	-	1.002,93	-	416.911,12	516.499,00	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	707.420,62	470.594,52	473.504,62	471.834,70	483.265,23	483.136,24	483.136,24	492.226,39	46.257,75	341.375,70	46.257,75	4.982.146,00	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	5.991.172,45	4.951.315,97	4.955.317,84	4.795.865,94	4.969.450,60	5.062.486,92	4.919.706,40	4.850.895,51	5.288.726,81	7.795.614,46	6.713.785,77	65.167.407,22	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				VALOR				% SOBRE A RCL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)				905.658.589.594,20							
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V) = (III a+III b)				65.167.407,22				0,007196			
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)				112.263.438,77				0,012396			
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)				106.652.166,83				0,011776			
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)				101.038.894,89				0,011156			

FONTE: SIAFI, SEACONT/TRE-TO, 22/jan/20, 1h e 01m.
¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Notas:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente Portaria STN nº 28, de 21 de janeiro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JACINTA BRITO TAVARES, Coordenadora de Controle Interno e Auditoria**, em 27/01/2020, às 17:56, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS, Secretário de Administração e Orçamento**, em 27/01/2020, às 18:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ALVES CARDOSO FILHO, Diretor Geral**, em 27/01/2020, às 18:10, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DESEMBARGADOR EUIPEDES DO CARMO LAMOUNIER, Presidente**, em 27/01/2020, às 18:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1226006** e o código CRC **A9955F1F**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ANEXO

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA **DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00		
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)		
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(f) = (a – (b + c + d + e))					(g)	(h) = (f-g)
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício									
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	768.329,70	20.493,80	421.462,51	31.640,00	-	294.733,39	294.733,39	-	-	-		
Recursos Ordinários	768.329,70	20.493,80	421.462,51	31.640,00	-	294.733,39	294.733,39	-	-	-		
0100 - Recursos Ordinários	768.329,70	20.493,80	421.462,51	31.640,00	-	294.733,39	294.733,39	-	-	-		
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	339.123,73	-	-	-	-	339.123,73	-	-	-	339.123,73		
Recursos destinados ao RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
0169 - Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
0188 -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

Notas:

1. O modelo estabelecido na 9ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021.301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar e Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R\$ 305.038,84.

FONTE: SIAFI, SEACONT/COFIN/TRE-TO, 22/jan/20, 11h e 02m



Documento assinado eletronicamente por **DESEMBARGADOR EURIPEDES DO CARMO LAMOUNIER, Presidente**, em 27/01/2020, às 18:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1226091** e o código CRC **8564FE17**.

0006553-02.2019.6.27.8000

1226091v5



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ANEXO

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO		
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019		
LRF, art. 48 - Anexo 6		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	905.658.589.594,29	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	65.167.407,22	0,007196
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	112.265.438,77	0,012396
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	106.652.166,83	0,011776
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	101.038.894,89	0,011156
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	294.733,39	339.123,73

FONTE: SIAFI, SEACONT/COFIN/TRE-TO, 22/jan/2020, 11h e 02m.



Documento assinado eletronicamente por **JACINTA BRITO TAVARES**, Coordenadora de Controle Interno e Auditoria, em 27/01/2020, às 17:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS**, Secretário de Administração e Orçamento, em 27/01/2020, às 18:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ALVES CARDOSO FILHO**, Diretor Geral, em 27/01/2020, às 18:10, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DESEMBARGADOR EURIPEDES DO CARMO LAMOUNIER**, Presidente, em 27/01/2020, às 18:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1226099** e o código CRC **8194E410**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO			
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019			
			R\$ 1,00
			DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			70.666.052,22
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)			5.498.645,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)			65.167.407,22
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			905.658.589.594,29
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100			0,007196%
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III		% DA RCL
			VALOR
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente: Portaria TSE nº. 478, de 26/9/05	0,012431%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente: -	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente: Portaria TSE nº. 385, de 22/8/13	0,012396%
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-

Notas: 1. Valor da RCL referente à Portaria STN nº. 28, de 21 de janeiro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JACINTA BRITO TAVARES**, Coordenadora de Controle Interno e Auditoria, em 27/01/2020, às 17:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS**, Secretário de Administração e Orçamento, em 27/01/2020, às 18:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ALVES CARDOSO FILHO**, Diretor Geral, em 27/01/2020, às 18:10, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DESEMBARGADOR EURIPEDES DO CARMO LAMOUNIER**, Presidente, em 27/01/2020, às 18:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1226101** e o código CRC **0D329076**.